

se interesse da situação e procurasse encontrar uma solução para uma entidade que prestava relevantes serviços ao povo. Prossequindo, disse que a APAE mantinha uma oficina de serigrafia, uma pequena fábrica de baldas, um horto, oficina de "xerox", buzina com artigos manufaturados por excepcionais e em apoio de pessoal técnico que no momento estava reduzido. Com relação ao teste do "pequeno" que rendia alguns recursos para a APAE, fora transferido para a Prefeitura de Cabo Frio, por gestões da Federação das APAEs e Ministério do Saúde, e, em Cabo Frio ainda não fora normalizado o convênio via SUS e Prefeitura de Cabo Frio, causando algumas dificuldades principalmente para os parentes. Disse ainda que em atitude de audiente com a Kombi da APAE, cerca de sessenta por cento dos assistidos pela Instituição haviam deixado de frequentá-la por falta de condutor que era gratuita. Após tais considerações sobre a APAE, o Vereador Jânio dos Santos Mendes encorreu sua fala. Prossequindo na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente Waldir Baurino de Aquino Neto, disse que o relato do Vereador Jânio dos Santos Mendes tinha procedência, era veraz, e assim, iria nomear a Comissão solicitada, por ser até um improprietário a ser cumprido pelo Poder Legislativo e pelos Cidadaãos do Município de Cabo Frio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encorreu a presente Sessão em nome de Deus E, para constar, mandou que se liguasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, seria assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinado

des

Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 24 de março de 1998

As dezto horas do dia (24) ante e quatro de
março do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidin
ca do Vereador Waldir Roubino de Aguiar Neto, e com o auxilio
da Primeira Secretaria pelo Vereador Prox. Emedito Graciano Filho, reu
niu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São Almeida
e, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores:
Ayr Silva da Rocha, Auro Bessa de Aguiaredo, Antonio Carlos de Car
valho Andrade, Edson Silva Raquelhaes, Eduardo Garcia Kitz, Geo
lvaro Antonio Guimarães Branger, Janio dos Santos Mendes, Joaquim
Schmidt, Manoel Justino da Silva Filho, Rárcio Andrade Garcia, Ro
sina Auxiliadora Ramos Rênicu, Milton Roberto Xavier de Souza Sousa
Barbosa da Silva, Silas Rodrigues Pinto e Volcy Rodrigues da Silva. An
tando número regimental e Senhor Presidente declarou aberta a pre
se da sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguir
te da: Ata da Última Sessão Ordinária de Primeira Sessão Legislativa
hve. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimen
tal, soltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que
constou do seguinte: Deputada Graça Rênicu, assunto: Consulta para partici
par da audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara
Federal que será realizada no dia 27/03/98, de 10 às 18 horas, no Anfite
atro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde serão tra
tados, entre outras questões, as interpretações constantes de energia elé
trica e a problemática do gás em nosso Estado, Ofício nº 022/98 - Câmara
Municipal de Itaguaí-RJ, assunto: Apresenta sinceros agradecimen
tos pela acolhida recepção e pronto atendimento ao Edil Silas Gabriel
durante sua estada neste Município, Requerimento nº 023/98 de autoria
do Vereador Silas Rodrigues Pinto, assunto: Requer autoria de Récua de afi
ços a Sr. Helio Neca Barquez Albany pelo seu desempenho na música,
Requerimento nº 025/98 de autoria do Vereador Manoel Auxiliadora Ra
mos Rênicu, assunto: Soluto ao Superintendente da REONE utilização da
rede de água ali o final da Rua Altino Gomes Xavier Capivão-Rio de
Janeiro, Requerimento nº 026/98 de autoria do Vereador Rosina Auxilia
dora Ramos Rênicu, assunto: Soluto a TELECEL a instalação de um tel

AA
Ione Comunitário (Orkhão), na Av. Buracudas, nº 10, em frente a Sada-
ria Helena de São, Bairro Jri, Inq. nº 027/98 de autoria da Si-
riadora Maria Auxiliadora Ramos Mônica, assunto: Dispõe sobre locação
de Aplaços ao Sr. Ione Roberto Mendes da Rocha, pelo gavia como aba-
na Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, Indicação nº 053/98
de autoria do Vereador Braz Benedito Arcanjo, filho, assunto: Solicita ao
Exmo. Sr. Prefeito Municipal, demarcação do Parque Ecológico do Municí-
pio localizado no Remo do Rio no Bairro Porto do Carro, constante na
Lu nº 229 de 20 de maio de 1984, Indicação nº 073/98 de autoria do
Vereador Braz Benedito Arcanjo filho, assunto: Indica ao Exmo. Sr. Prefe-
to Municipal, obras de saneamento, pavimentação e iluminação pública
para a rua Belo Horizonte, localizada no Bairro Porto do Carro, Indica-
ção nº 074/98 de autoria do Vereador Braz Benedito Arcanjo filho, assun-
to: Indica ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, reforma geral no Campo de
futebol localizado na Rua Rosalina Cardoso da Fonseca, Zona do Mato,
Indicação nº 085/98 de autoria do Vereador Luiz Silva da Rocha, assun-
to: Dispõe sobre solicitação ao Poder Executivo Municipal para implan-
tação de favela no Município de Cabo Frio e outras providências,
Indicação nº 087/98 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos
Mônica, assunto: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, obras de ma-
nilhamento, pavimentação, iluminação pública na Rua Nicolas Es-
lan, Bairro Paço, Indicação nº 088/98 de autoria do Vereador Mário
Sundade Pereira, assunto: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal obra
de manilhamento e calçamento nas Ruas Almada Garrett, Tomaz Gon-
zaga, Alexandre Herculano e Luiz de Camões, Bairro Planalt Pereira.
firmado o livro do Expediente, o Senhor Presidente parabenizou a
tribuna aos Oradores insentes. Como único Orador insente, ocupou a
tribuna o Vereador Manoel Roberto da Silva filho, agradecendo as mani-
festações de carinho recebidas por ocasião de sua enfermidade, esperan-
do no seu retorno continuar merecendo a amizade de todos os colegas
e funcionários. Prossequindo elaborou comentários críticos quanto a Coes,
afirmando que a Empresa privatizada tinha prestado serviços sei-
ntos a população, desde as contas de luz com valores absurdos até o con-

fonte queda de energia e interrupções no fornecimento, sem que o consumidor pudesse ter qualquer tipo de esclarecimento. Disse também, que a Empresa tinha embutido custos, principalmente quanto a consumidores em débito, registrando além do valor do consumo, saldo anterior que a princípio não era esclarecido. Em aparte, o Senhor Presidente disse que tal diferença de saldo anterior era em relação ao repasse do Banco ou seja o alíquo da Instituição Bancária, e assim, era penalizado o consumidor. Prosseguindo, disse o orador que na verdade o saldo anterior era a conta atrasada do consumidor, e assim, a Câmara não podia se palar ante tal desalinhamento com a economia popular. Citamos a Comissão de Defesa do Consumidor do Casa no sentido de que tomara providências contra a CERS, que não dava qualquer explicação ao consumidor. Observou que se não podia explicar a CERS por ser do PSDB, que se juntasse ao entendimento do Ministro Sérgio Moro, também ao afirmar que a privatização da CERS emergenciava a política de privatização do Estado do mês de janeiro. Em aparte, o Senador Omar Humberto da Silva, manifestou sua solidariedade ao pronunciamento do Orador, acrescentando que o sistema utilizado pela CERS era próprio para o desvio de dinheiro público, uma vez que não era registrada em tais contas a taxa de iluminação pública, sendo necessária a intervenção do Poder Público. Afirmando que a partir daquela data, no condicão de Senador iria acompanhar todos os assuntos referentes a CERS tomando todas as providências dentro do seu limite de doação parlamentar e de Cidadão, pois de forma alguma poderia ser permitido que a Câmara se omittisse. Falou das constantes quedas de energia, principalmente nos Bairros carêntes, ocasionando prejuízos em eletrodomésticos sem que a CERS indenizasse tais prejuízos. Falou também de contas com valores absurdos e, sem solução, o consumidor obrigado a acular o parcelamento proposto pela Empresa, e, caso, contrário seria suspenso o fornecimento de energia. A seguir, falou que a Câmara deveria estar presente no audiência pública que seria realizada na Assembleia Legislativa com relação a questão da CERS, com a participação da Comissão de Energia da Câmara Federal. Solicitou a Presidência

da que uma Comissão de Vereadores fosse formada para tal finalidade, e assim encerrou sua fala. A seguir, o Senhor Presidente expressou suas desculpas ao Vereador Manoel Gushno da Silva Filho e Pares, assim ter apartado o Orador, confessando que sua Pontuação de Consumidor o levava a infringir o Regimento Interno da Casa. A seguir, o Senhor Presidente procedeu a leitura do Ofício da Assembleia Legislativa, com relação a questão da CRES, foi no segmento dedicado a Ordem do Dia Prossequindo, o Senhor Presidente concedeu vistas ao Vereador Manoel Gushno da Silva Filho no Projeto de Resolução nº 022/98. A seguir, foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 001/98 sendo encaminhado a seguir, para a Comissão de Obras e Serviços Públicos. A seguir, foram aprovados os seguintes Requirimentos de nºs 022/98, 025/98, 026/98 e 027/98. Aprovadas as Indicações nºs 053/98, 073/98, 074/98. Quando da aprovação da Indicação nº 085/98 de autoria do Vereador Gueyr Silva da Necha, perdurando dúvidas quanto a interpretação do seu texto, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos. Terminados os trabalhos e cumprido o rito regimental constatando a presença de quorum, o Senhor Presidente declarou reaberta a presente sessão em nome de Deus. Prossequindo na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente recebeu pedido de vistas quanto a Indicação nº 085/98 ao Vereador Hilton Roberto Pereira de Souza. Após os encaminhamentos e seus desdobramentos o Vereador Gueyr Silva da Necha solicitou o rebrado de sua proposição, sendo cumprido pela Presidência o rito regimental, e com anuência do Renário foi atendido o pleito do Vereador autor da Indicação nº 085/98. A seguir, foram aprovadas as Indicações nºs 087/98 e 088/98. Não havendo mais matérias para serem aprovadas o Senhor Presidente franqueou a tribuna para a Explicação Pessoal. Despu o Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Quilvan Antônio Guimarães Beramgir, falando inicialmente, de sua felicidade pela honra em participar da Casa Legislativa. Disse estar se referindo ao apoio recebido do grupo parlamentar ligado ao Governo, quando se elegeram contra os termos da Indicação nº 085/98. Adiante, disse que a Câmara não pertencera a mim.

quem isoladamente, e sim ao povo do Município de Cabo Frio. Disse que
 falar na Câmara, falar mais alto, ou outras manobras não poderiam
 jamais intimidar aos Vereadores que tinham como dever maior a defe-
 sa do interesse coletivo. Citando desculpas, disse que não poderia du-
 rar de citar o nome do Vereador Manoel Justino do Silva Filho, líder do
 Bloco Parlamentar por ter entendido sua posição quanto a Indicação nº
 085/98, que não era contra a Educação, nem contra a pessoa do
 "Pentinho" para uma Escola Superior, mas, contra o texto da propo-
 sição. Reafirmando seus agradecimentos ao Bloco Parlamentar, encer-
 rou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o
 Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, hipotecando sua solidariedade
 de ao discurso do Vereador Manoel Justino do Silva Filho quanto a isso,
 reafirmando também as denúncias dos descabidos que a Empresa
 vinha cometendo no Município. Prosseguindo, disse ter estado na
 sede da Empresa naquela data, podendo constatar a revolta dos consu-
 midores quando a firma como eram tratados para a solução dos
 mais variados problemas, e assim, era comum pessoas ficarem por
 mais de quatro horas na fila kilométrica. Dizendo registrado seu
 protesto, enviou a Comissão de Direitos do Consumidor para conste-
 lar a "in loco" na CERS e também a Agência do Banco do Brasil,
 pelos mesmos motivos, encerrando a seguir sua fala. A seguir, ocu-
 pou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Vilas Rodrigues Pin-
 to, comunicando que o Bloco Parlamentar do qual fazia parte não
 tinha qualquer posição isolada com relação a matérias tratadas no
 Legislativo, e assim, o que prevalecia era a decisão da maioria que as-
 sim rejeitara o teor da Indicação nº 085/98. Com relação a CERS disse
 que estava apoiando aos Senhores Vereadores que haviam embutado
 o assunto. Por outro lado, falou de sua preocupação com relação aos de-
 bitos dos Consumidores para com a CERS, ante a Empresa estar sendo
 privatizada e assim, ninguém sabia como seria resolvido tal impasse,
 na medida em que a Empresa cobrava mas não fornecia água. Prosse-
 guindo, disse ter endereçado ofício ao Senhor Governador do Estado, es-
 tando na expectativa de uma resposta, no que encerrou sua fala.

Após a reunião, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Osmar Simplicio da Silva, falando inicialmente que o povo brasileiro experimentara as primeiras mudanças na relação entre consumidor e entidades públicas e privadas, e assim, o Governo Federal tinha editado Decretos regulamentando tal tipo de relacionamento. Disse ser oportuno o momento para a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara se estruturar para atender ao cidadão na defesa de seus direitos. Disse não conhecer os integrantes da Comissão, ao qual não pertencia por uma questão ética, visto ser comerciante, mas entendia que o desinteresse de algum membro poderia ser motivo para sua substituição, pois tal Comissão não podia ficar apática. Disse que os queridos do consumidor se avolumaram, e os relatos, eram tantos que a Comissão deveria atuar de forma mais dinâmica e de forma a assegurar os direitos do consumidor. Com relação a Indicação nº 085/98, disse que a sua rejeição não implicaria em desaprovação ou censura, mas sobretudo representava o encontro do bom senso e, conseqüente aperfeiçoamento em termos que não comprometessem a Câmara, o que não havia o mérito da proposição e o desejo de todos para que uma falcatória se instalasse em Cabo Frio, no que encerrou sua fala. Após a reunião, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Júlio dos Santos Mendes, reportando-se ao que considerava articuladores de Gabinete, quando se tentava desmoralizar a FERTAGOS, justificando a entrega da Instituição a certo grupo privado de ensino. Prosseguiu, disse que com a participação de setores da Comunidade, pode ser constatado que todos os fatos propagados tinham apenas o objetivo da desmoralização e assim, até mesmo as diárias da FERTAGOS haviam sido superestimadas, e assim, tal grupo dera com os "burrões n'água" e nada fora resolvido. Prosseguiu, disse que no rescaldo de tantos problemas atribuídos a FERTAGOS, havia a desmoralização da Instituição, e que no último vestibular o número de inscrições caiu em mais de cinquenta por cento em relação ao ano anterior. Prosseguiu, disse que a matéria da Ins-

tributário, fizera publicar seis meses depois que o PACTAGOS era maior, que os débitos haviam sido consolidados e assim, estava de portas abertas para a Comunidade, ou seja, um enfrentamento daqueles mesmos que dizem e proclamavam a sua falência. Disse que o momento era oportuno para uma reflexão, quando uma Sindicância levantara inúmeros discursos, tendo como objetivo o ensino, e, para que a Câmara não passasse pelo processo sofrido pelo PACTAGOS, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Boz Benedito Garcia Filho, comentando inicialmente, que em outubro de 1994, após aprovado, endereçara requerimento ao Exm. Sr. Governador do Estado, pleiteando anistia para os débitos de consumidores junto a LCPGE. Disse não ter obtido resposta, mas tinha certeza que o documento chegara às mãos do Governador na medida em que atendendo o fundamento social da questão a dívida não foi arrolada como patrimônio da Empresa no Processo de Privatização. Disse que em nota publicada no jornal "O Dia", edição de 23 de março do ano em curso, o Diretor das Águas de Juvinaíba, Senhor Rônio Venâncio, afirmou que as concessionárias não iriam cobrar o passivo da LCPGE porque fazia parte do contrato. Disse que o Governador entendia o alcance social do seu requerimento, e assim, as dívidas dos consumidores ficava fora do contrato de privatização da LCPGE, e assim, encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Seaquim Schwandt, comunicando ele imediatamente o núcleo de obras no Jardim Esperança, e assim, na condição de Vereador eleito por aquela operosa Comunidade se sentia satisfeito, na medida em que o Executivo atende a Sindicância de sua autoria aprovada pela Câmara. Disse que constatemente falava como o Prefeito, dizendo que um "bairro sem praça era um bairro sem praça", o que na verdade reflete a necessidade de obras de urbanização e complementos necessários a Jardim Esperança, e, parabenizando ao Prefeito Alan Louie, encerrou sua fala. Respeitando na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que já se encontrava em fase de experiência na "Internet" o "site" da Câmara de

Municipal de Cabo Frio, contendo a representação Cameral, dados da história do Município, aspectos Político Administrativos, conformação fisiográfica, legislação e correlatos. Informou que o endereço na "Internet" era <http://www.camara-ecom.br> e que ainda no mês de abril estaria a disposição dos internautas. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que de pois de lida, submetida a Apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Nonagésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (26) vinte e seis de março do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito.

Às depois horas do dia (26) vinte e seis de março, do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Vereador Waldyr Maurício de Aquino Neto, e com a ocupação da Presidência Secretaria pelo Vereador Rony Benedito Araújo Filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada representativa os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Edson Silva Bagalhães, Gustavo Antônio Guimarães Branquer, Jairo dos Santos Mendes, Joaquim Scheindt, Maurício Andrade Romão, Milton Roberto Ferreira de Souza e Valdir Rodrigues da Silva. Quando número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Nonagésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. E seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental,